



CONJUNTURA

Distribuição de renda nos anos 90 (I)

Trabalhamos aqui com distribuição de renda – incluindo desigualdade e crescimento – resumida em três grupos: o décimo mais rico que se apropria de quase metade da renda (mais precisamente, 47,3%); a metade mais pobre que fica com pouco mais de um décimo da renda nacional (12,3%); e os demais 40% – uma classe média – cuja parcela na população e na renda praticamente coincidem (40,4%), constituindo um país intermediário, uma espécie de Peru, inserido entre a rica Bélgica e a pobre Índia. Esta desagregação é básica no caso brasileiro, no qual o alto grau de desigualdade de renda torna a sua média um mau indicador de bem-estar social.

Dividimos os anos 90 em várias fases e hoje abordamos a primeira metade da década, antes do Plano Real, que denominamos de incerteza crônica. Nesta fase a população estava acostumada a conviver com a instabilidade derivada da inflação alta e persistente. Os agentes e as instituições desenvolveram mecanismos para se defender da inflação, cujo principal efeito colateral era perpetuar a própria inflação.

Essa fase abrange dois períodos da década de 90. O primeiro, de 1990 a 1992, na gestão Collor, quando se verificou um *milagre econômico* às avessas. A renda caiu de forma acentuada, mas afetou, principalmente, os mais ricos – 11,8 contra 4,4% ao ano dos mais pobres. Collor reduziu a desigualdade, nivelando por baixo a renda. O segundo período (1992/1993) é marcado por taxas de inflação ascendentes e um aumento da renda em todos os grupos da população mas, também neste caso, de forma mais significativa entre os mais ricos – 16,2 contra 3% ao ano dos mais pobres –, implicando forte aumento da desigualdade.

Marcelo Côrtes Neri – Instituto Brasileiro de Economia/FGV